

## **PRONUNCIAMENTO DO CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO**

Senhoras e senhores;

No meio de uma jornada, o incrédulo olha o caminho que tem pela frente e queixa-se do cansaço, da fadiga e da longa distância que ainda tem pela frente; ao contrário, o homem de boa fé, vira-se para trás e ao contemplar sua jornada, agradece pela trilha que já percorreu. O pessimista lamenta o sol; o otimista bendiz o calor; o rancoroso reclama da escuridão, o reconhecido bendiz a mansidão da noite; o amargurado ofende-se com a ranger dos ventos, o vitorioso bendiz a energia que emana da terra e navega ao sabor das tempestades.

Sou como o viajante otimista. Vejo a estrada e faço dela minha companheira. Enxergo o céu e o tomo como meu abrigo. Admiro a paisagem e a utilizo como a moldura de minha vida. Piso nas pedras e não as maldigo, simplesmente peço a elas que me ensinem os atalhos desta longa caminhada.

Se cheguei até aqui, neste momento de júbilo, devo a retidão de meus passos à inspiração e honradez de meus familiares.

Se adquiri forças em minhas pernas, devo aos mistérios da fé no Todo Poderoso, que me fez prosseguir sem fraquejar. Mesmo nos momentos de dúvidas e incertezas, foi o conforto da crença em Deus que me fez seguir adiante.

Minha origem humilde me deu a coragem para enfrentar desafios, pois sem eles um homem verga em seu caráter e aceita o destino sem contestação. Sim, eu fiz a minha estrada... Eu criei o meu caminho... Eu não me acomodei; pois a acomodação é a preguiça daqueles que não aprenderam a sonhar...

Deparo-me agora com uma nova missão... Sinto-me renovado e confiante. Pois, minha nova jornada não mostra apenas vielas, trilhas secas; apresenta-me um relevo magnífico, onde preciso de sabedoria para construir pontes, raciocínio para transpor obstáculos e grandeza para me irmanar às promessas do horizonte.

Senhoras e senhores;

Dediquei minha vida ao bem comum. Sou o que se pode chamar de um filho da democracia. As posições que exerci na vida pública sempre tiveram o respaldo popular. Elegi-me vereador de Cuiabá e depois, em três ocasiões, deputado estadual. Fui indicado por meus pares 1º Secretário e Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Quis o destino,

esta brisa de bons augúrios, que eu me sentasse na cadeira principal do Palácio Paiaguás. Respondi, por um curto período, pela governança estadual. Foi breve, mas intenso em meu coração...

Quando aporto agora, neste Egrégio Tribunal de Contas de Mato Grosso e contemplo a dignidade e a força institucional das pilastras que sustentam esta Casa, começo a compreender melhor as palavras do filósofo Saint-John Perse: "A democracia, mais que outro regime qualquer, exige o exercício da autoridade".

Sim, da autoridade; e não da truculência e da desconfiança, mas da serena autoridade que emana do respeito aos valores de nossa comunidade. Nesta Corte repousam a memória, as tradições e o sangue de nossos antepassados que lutaram por justiça, liberdade e igualdade. Pois, o papel dos senhores conselheiros não é o de meros fiscais de alfarrábios contábeis; é sim, o de promotores da credibilidade, da decência e da moralidade no âmbito público.

Aliás, nada mais moral e lícito, num país de tamanhas desigualdades sociais, do que adotar métodos de controle das contas governamentais. Não de maneira coercitiva, mas de forma profilática. Fazendo o dinheiro do contribuinte retornar à sociedade em benefícios e obras em favor da maioria.

Faz-se necessária a punição, sim... Não podemos tolerar o malfeito e a desordem. Mas, antes de levantar o chicote, precisamos educar os gestores sobre os princípios éticos que norteiam a atividade pública. Pois, na quase totalidade, são homens e mulheres idealistas, abnegados, que abandonaram suas tarefas privadas e o conforto de seus lares em prol de uma missão política.

E, como tal, merecem o respeito da comunidade. Muitas vezes, o homem público vive o dilema entre o moral e o legal. De um lado a frieza das normas, de outro as necessidades prementes da comunidade. De um lado o processo administrativo, de outro a necessidade urgente das pessoas comuns. Ou, como disse certa vez, o ex-governador carioca Carlos Lacerda: "A lei tem que ter origem legítima para ser legal".

Em uma frase, Lacerda resumiu o espírito deste axioma. A legitimidade está acima da lei. E a legitimidade, senhores conselheiros, no regime democrático, é a vontade soberana da maioria. Juan Donoso Cortez foi mais longe ao interpretar as diferenças entre a justiça e a lei. Sentenciou ele: "A justiça é imutável como Deus; as leis perecíveis e instáveis como o homem".

Como político, tendo minha biografia talhada pelo voto popular, chego a este Egrégio Tribunal compreendendo que a luta incessante contra as desigualdades, a fome e a miséria, é a cruzada que deve unir a todos. Pois, os números que examinarei nesta Corte de Contas,

devem traduzir bem mais que planilhas e apontamentos contábeis, devem refletir, sim, ações governamentais que garantam o bem-estar da população.

Estou aqui, entre figuras tão impolutas da cena regional, não para gozar do glorioso convívio entre meus pares ou para ostentar uma lustrosa toga; estou aqui para continuar minha missão de zelar pelos interesses da gente mato-grossense.

É mister que faça um parêntese em meu pronunciamento, neste instante, para louvar a generosidade deste povo que me acolheu há mais de 30 anos, como um verdadeiro filho. Em meu coração estão emolduradas a alegria e a solidariedade de tantos amigos que me estenderam a mão em momentos difíceis.

Com todo orgulho, digo... Sou mato-grossense... Sou cuiabano... Não renuncio às minhas origens, mas professo minha crença nos destinos desta terra, reconhecendo o valor inestimável de sua gente.

Mais do que tudo, esta terra me deu uma família. Trouxe para meus braços, o calor de minha esposa Andréia e o afeto de meus filhos Ricardo e Gabriel. E, é justamente no aconchego do carinho deles, que encontro forças cotidianamente para levar adiante meus propósitos e minha missão.

Aqui também construí minha carreira profissional. Primeiro como jornalista, quando tomei contato mais amigável com nossa gente. Depois, formei-me como advogado, com especialização em Direito Constitucional. A atividade política foi apenas mais um passo, um passo em direção a alma deste povo. Elegi-me para ser um igual, para representar meus conterrâneos e para lutar pelos seus ideais.

Neste tempo, aprendi a respeitar meus pares, a admirar o espírito público de meus colegas parlamentares. Tanto na Câmara de Cuiabá, quanto na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, nestes quatro mandatos, encontrei homens e mulheres que honraram suas delegações populares, com a dedicação extrema e absoluta que o Legislativo exige. Faço aqui um agradecimento público aos senhores deputados e deputada, que me outorgaram mais esta tarefa. Cito, de forma reconhecida e penhorada, o nome de cada um deles, como um preito de gratidão: José Riva, Romoaldo Júnior, Mauro Savi, Dilmar Dal’Bosco, Alexandre César, Baiano Filho, Adalto de Freitas, Carlos Antonio Azambuja, Emanuel Pinheiro, Ezequiel Fonseca, Gilmar Fabris, José Domingos Fraga, Luciene Bezerra, Nilson Santos, Ondanir Bototlini, Percival Muniz, Sebastião Rezende, Valdizete Martins Nogueira, Wagner Ramos, Walter Rabello, Zeca Viana, Wallace Guimarães, Washington José Salles e deputados licenciados: Airton Português, Ademir Brunetto, Guilherme Maluf, J. Barreto, Luiz Marinho, Luizinho Magalhães, Aparecida Maria Borges Bezerra, João Antonio Cuiabano Malheiros.

Senhoras e senhores;

Mato Grosso não é uma ilha de prosperidade. Infelizmente, ao lado de índices econômicos superlativos, ainda persistem números constrangedores na área social. Mas devo reconhecer que avançamos em todos os campos. Nosso arcabouço jurídico é melhor hoje, do que foi ontem. Nossa estrutura institucional é mais sólida hoje, do que foi ontem. Nosso meio ambiente está mais protegido hoje, do que foi ontem. E, sobretudo, nossa produção é mais vertical hoje, do que foi ontem.

Este foi um trabalho político, uma tarefa de muitas mãos, muitas mentes e muitos corações. Sim, a política é a arte do bem. É a engenharia moral a serviço do entendimento. "Em política é preciso curar os males, nunca vingá-los", advertiu Napoleão III. E, se Mato Grosso ostenta a condição de grande exportador, de economia com grau de investimento e fonte de prosperidade para o Brasil, muitas destas conquistas passaram antes pelos sonhos da classe política, que conseguiu antever lavoura, onde antes só existia o vazio; que projetou cidades, onde antes só existiam promessas; que construiu cidadania, onde antes só brotavam incertezas.

Assim sendo, senhoras e senhores, acredito que seja possível, no atual contexto, dar um passo à frente no enfrentamento das desigualdades regionais. Nessa conjuntura, o Tribunal de Contas tem dado a sua contribuição a partir do momento que, além de garantir a lisura nas contas de governo, passou também a avaliar as contas de gestão.

O homem busca a cada dia vencer mais uma etapa do longo caminho que é aprender a viver em sociedade, organizando-se sob a proteção de um Estado. Criamos Constituições, códigos de conduta, distribuímos atribuições e papéis para essa convivência possível, mas que tem em seu âmago a natureza humana, quase animal, movida pela disputa por território e poder.

O poder, contudo, só se torna legítimo mediante a fiscalização e a observância dos limites éticos de sua atuação. Portanto, a instituição do controle externo é uma das grandes conquistas da sociedade. Nesse momento se agiganta o papel dos Tribunais de Contas no Brasil e no mundo.

A história nos mostra que a utilização de instrumentos de controle externo das finanças públicas não é um privilégio da sociedade moderna. Temos relatos de que na Índia e na China dos séculos XIII ou XII a.C. já existiam embriões dos nossos Tribunais de Contas.

No mesmo período, na Grécia, com o desenvolvimento da democracia, os governantes eleitos passaram a ter que prestar contas de como utilizavam os recursos públicos, através de demonstrações contábeis inscritas em pedra. Já na República Romana, no período

compreendido entre 509 a.C. a 27 a.C., era o Senado que tinha a incumbência de controlar as finanças públicas.

E até mesmo na Idade Média, onde o mundo parecia sem rumo, vamos encontrar na Inglaterra de 1215, preocupações quanto ao controle externo das contas públicas, cujo início se deu com a promulgação da Carta Magna; e na França, em 1309, no reinado de Felipe IV, instituiu-se de forma oficial a Câmara de Contas.

No Brasil, em 1808, o Príncipe Regente, D. João criou o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, órgãos que tinham a função de coordenar e controlar os dados referentes ao patrimônio e fundos públicos.

Nesse percurso, destaca-se a criação do Tribunal de Contas da União, em 1890, primeiro instrumento legal de Controle Externo no Brasil. Que, como foi pensado e instituído sob a liderança intelectual de Rui Barbosa, ainda funciona em nossos dias, se colocando, autonomamente, entre os poderes e cumprindo seu papel ao fazer valer a lei e a lisura na aplicação das verbas públicas.

Ao justificar a criação do Tribunal de Contas da União, assim falou Rui Barbosa:

“Convém levantar entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que cotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a Legislatura e intervindo na Administração, seja não só o vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração de infrações orçamentárias por um veto oportuno aos atos do Executivo, que direta ou indiretamente, próxima ou remotamente, discrepem das linhas rigorosas das leis de finanças. O Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura, que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional.”

Tenham certeza, Senhores Conselheiros, que aqui honrarei os nomes ilustres dos fundadores desta Corte no ano de 1954, antes chamados Juízes de Contas, por iniciativa do então governador Fernando Corrêa da Costa, que, através da Lei Constitucional 02 de 31 de outubro de 53, extinguiu a Comissão Legislativa que exercia suas atribuições no âmbito do Parlamento estadual e criou o Tribunal de Contas de Mato Grosso.

A sociedade evolui em consonância com a consciência do ser humano acerca de sua capacidade de interagir no palco das transformações sociais em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse processo, os Tribunais de Contas não se debruçam hoje apenas sobre números frios. Não basta regularidade na prestação de contas dos entes jurisdicionados. Hoje se torna imperiosa a avaliação das políticas de gestão para que haja ganhos reais em eficiência, eficácia e efetividade.

Quero aqui fazer o reconhecimento público dos grandes avanços institucionais promovidos por esta instituição. Por outro lado, destaco também a excelência na condução administrativa, muito bem demonstrada pelas contas de 2011, de responsabilidade do conselheiro Valter Albano, que presidiu a instituição no biênio 2010/2011, pois, além dos superávits orçamentário e financeiro, o Tribunal fez investimentos importantes em capacitação profissional de seu quadro, ao passo que a despesa com pessoal foi de 1,09%, ficando abaixo do percentual legal máximo de 1,23%, inclusive, inferior ao limite prudencial de 1,17% da Receita Corrente Líquida.

Senhores Conselheiros e demais funcionários desta Casa; neste sentido, tenham em mim um forte aliado no aprimoramento e execução de ações, programas e projetos como os já existentes: Aplic, Geo-Obras, Projeto Rede de Informação Institucional; Consciência Cidadã; TCE Estudantil; Pró-valor; Rádio TCE; TV Contas e a Escola Superior de Contas. Sem dúvida, a participação do Ministério Público de Contas e dos senhores auditores substitutos de conselheiro no cotidiano desta instituição representa um avanço que só fortalece e dá ganhos de credibilidade a esta augusta Corte.

Acredito, também, na importância incontestável do investimento em áreas estratégicas para a continuidade dessas ações, como:

- A continuidade de investimentos em tecnologia da informação – TI;
- O aprimoramento na relação com centros de estudo e pesquisa e academias para a melhor compreensão e aproveitamento dos dados disponíveis no TCE, como base para a discussão e planejamento de políticas públicas;
- A imperiosidade do fortalecimento do Programa de Desenvolvimento Integrado, que oferece suporte técnico ao administrador para a implantação de uma cultura de planejamento estratégico e sua efetiva implementação.

Nesse ponto, quero destacar a política de planejamento estratégico implantada no TCE-MT, iniciada no ano de 2000 e efetivada em 2005. É imprescindível destacar os ganhos que o estabelecimento de uma cultura nesse sentido, aliado ao comprometimento e eficiência das seguidas direções desta Corte, proporciona à instituição. Quero ressaltar o percentual de jurisdicionados com políticas públicas acompanhadas, que variou de 32% em 2007 para 100% desde 2008, e a melhoria na qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, quanto ao seu nível de satisfação e no cumprimento do prazo para apreciação das consultas, denúncias e representações que ultrapassa as expectativas. Também é altamente louvável a contribuição para a eficiência na administração pública na legalização e implantação de controle interno. Como forte indicação nesse sentido está a pontuação recorde atingida na avaliação da GesPública, que superou as expectativas. É grande a nossa satisfação, da mesma forma, com o aprimoramento do desempenho profissional e gerencial dos servidores, que numa somatória de resultados elevou a condição do Tribunal de Contas de Mato Grosso à referência no setor

em todo país, sendo procurado a todo instante a orientar dirigentes e corpo técnico de outros tribunais.

Quero inclusive chamar a atenção de que nada acontece por acaso. É toda essa base de apoio técnico que emoldura o êxito alcançado em outras esferas, como a eleição do conselheiro Antonio Joaquim para a presidência da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON; do conselheiro Valter Albano para a diretoria do Instituto Rui Barbosa; e de Luis Henrique Lima e Luis Carlos Azevedo para a diretoria da Associação Nacional dos Auditores (Ministros e Conselheiros Substitutos) dos Tribunais de Contas do Brasil. Trata-se mais do que um reconhecimento, e sim de uma questão de justiça para Vossas Excelências e seus subordinados. Não poderia deixar de ressaltar também o magnífico trabalho realizado pelo presidente desta Corte, José Carlos Novelli, e pelos conselheiros Valdir Julio Teis, Domingos Neto e Humberto Bosaipo, assim como o de Alencar Soares, que deixa o TCE para se dedicar a novos desafios em sua vida como cidadão e homem público. Da mesma maneira, enalteço a capacidade técnica demonstrada pelos conselheiros substitutos Luis Henrique Lima, Isaías Lopes da Cunha, João Camargo, Jaqueline Jacobsen, Moisés Maciel e Ronaldo Ribeiro de Oliveira.

Finalmente, chamo a atenção para o aprimoramento dos trabalhos da auditoria de resultados, também chamada de política de gestão, que, hoje é, inclusive, objeto de saudável polêmica no campo institucional e político. Entendo que a eficácia, a efetividade e a eficiência são elementos fundamentais na gestão, que devem ser levadas em conta quando da avaliação da área contábil. Talvez seja o momento dos tribunais e o Congresso Nacional darem uma nova dinâmica a essa discussão, como pauta prioritária não só no campo corporativo, mas como de interesse prioritário de toda a sociedade brasileira.

Assim, senhoras e senhores, seguindo normas e preceitos legais, em consonância com os demais senhores conselheiros, torna-se imprescindível a manutenção de respeitadas relações com os demais poderes constituídos, sem entanto, esquecer que o Tribunal de Contas é um órgão de Controle, estabelecido como auxiliar do Poder Legislativo e fiscalizador dos poderes Executivo e Judiciário, mas, independente em suas ações, como inteligentemente afirma o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello:

“Como o texto maior desdenhou designá-lo como Poder, é inútil ou improfícuo perguntarmos-nos se seria ou não um Poder. Basta-nos uma conclusão, a meu ver irrefutável: o Tribunal de Contas, em nosso sistema, é um conjunto orgânico perfeitamente autônomo.”

Já a professora Dr<sup>a</sup> Odete Medauar, professora titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo também ressalta:

“Se a sua função é de atuar em auxílio ao Legislativo, sua natureza, em razão das próprias normas da Constituição, é de órgão independente, desvinculado da estrutura de qualquer dos três poderes.”

Por outro lado, cito o Dr. Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, que comparou os Tribunais de Contas a “casas de esperança”, pois neles o cidadão vê salvaguardados os recursos públicos, para que sejam geridos de forma competente e honesta.

Ao encerrar minhas palavras rogo ao Criador que me dê sabedoria, senso de justiça, serenidade, e perspicácia para corresponder às expectativas de todos que em mim acreditaram e deram esse voto de confiança. Pois, reafirmo, sou o viajante otimista, que olho o percurso que tenho pela frente e sinto-me mais motivado para chegar ao meu destino. E o meu destino, nada mais é do que honrar a dignidade do povo mato-grossense.

Que o Arquiteto Supremo do Universo abençoe a todos.

Conselheiro **SÉRGIO RICARDO**